

A INTERFERÊNCIA DO PADRÃO IFRS NOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA.

INTERFERENCE OF STANDARD IFRS FINANCIAL INDICES OF COMPANIES LISTED ON BM & FBOVESPA.

Elizeu Maria Junior
elizeujunior@yahoo.com.br
 Universidade Federal do Espírito Santo

Michele Monteiro Lirio Maria
michelemlirio@yahoo.com.br
 UNESC

RESUMO: Em 2005 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, organização formada exclusivamente por entidades de direito privado e representação dos profissionais da área, com o intuito de emitir pronunciamentos para operacionalizar a convergência contábil do Brasil aos padrões do *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Assim, dois anos depois foi aprovada a Lei 11.638/2007 colocando o país definitivamente em direção à convergência contábil internacional. É neste contexto que a pesquisa foi realizada, com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Este estudo caracteriza-se como descritivo com abordagem quantitativa, no qual foram coletadas 11.120 observações em uma amostra de 155 empresas, durante os períodos de 2003 e 2012. Foi aplicado o modelo econométrico da Análise de Chow, que acusa quebras no comportamento de variáveis por trás de um fluxo de tempo, como consequência de um evento específico. Os resultados demonstraram que de forma geral houve mudanças estatisticamente significantes no comportamento dos indicadores econômico-financeiros das empresas estudadas a partir da adoção dos padrões IFRS, exceto para o indicador de liquidez corrente. Entretanto, por meio da análise setorial foi verificado que nos setores de Agro e Pesca; Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais; pelo menos um dos índices não sofreu mudança de comportamento com a adoção dos padrões IFRS.

Palavras-Chave: IFRS. Indicadores econômico-financeiros. Padrões Contábeis.

ABSTRACT: In 2005 the Accounting Pronouncements Committee was created organization formed exclusively by private entities and representation of professionals in order to issue pronouncements to operationalize the convergence of accounting standards from Brazil to *International Financial Reporting Standards* (IFRS). So, two years after the law 11.638/2007 definitely putting the country towards international accounting convergence was approved. It is in this context that the research was conducted in order to ascertain whether there was interference from the adoption of international standards in the behavior of financial ratios of companies listed on the BM & FBOVESPA. This study is characterized as descriptive and quantitative approach, in which 11,120 observations were collected on a sample of 155 companies during the periods 2003 and 2012. Econometric model analysis Chow, accusing breaks in the behavior of variables was applied behind a flow of time, as a result of a specific event. The results showed that in general there were statistically significant changes in the behavior of financial indicators in the studied companies in the sample from the adoption of IFRS, except for the indicator of current liquidity. However, by sector analysis it was found that in the Agro and Fishing sectors; Food and Beverage; trade; construction; Electronics

and industrial machinery; at least one of the indices suffered no behavior change with the adoption of IFRS.

Keywords: *IFRS. Economic and financial indicators. Accounting standards*

Artigo recebido em: 05/08/2014 ; Aceito em: 11/05/2015

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2005 o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução nº 1.055/2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com o objetivo de promover a convergência dos padrões brasileiros de contabilidade (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles – BR GAAP*) aos padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Assim foi iniciado o movimento para harmonização internacional contábil no Brasil, com o intuito de amenizar as diferenças das demonstrações financeiras dos diferentes países e facilitar o acesso ao capital estrangeiro (CARVALHO *et al.*, 2011).

A partir de então foram promulgadas diversas normas e Leis do governo e órgãos reguladores, como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Receita Federal do Brasil (RFB) entre outros. Entre as normatizações mais importantes estão as Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, a Instrução 457/2007 da CVM e o Comunicado 14.259/2006 do BACEN. Juntas definem que uma gama de empresas brasileiras devem aderir aos IFRS a partir de 2010 com apresentação das demonstrações financeiras de 2009 em novo padrão para fins de comparação, dentre elas todas as empresas de capital aberto com ações negociadas em Bolsa de valores. Contudo, estudos apontam que a partir da vigência da Lei 11.638/2007, isto é, para o exercício findo em 2008, as empresas de capital aberto já estavam em efetivo processo de convergência, inclusive, com reflexo nos índices econômico-financeiros (GERON, 2008, BARBOSA NETO; DIAS; PINHEIRO, 2009, BRAGA *et al.*, 2011, CUNHA *et al.*, 2010).

Desta forma, assumindo neste estudo que partir de 2008 as empresas listadas na BM&FBOVESPA passaram a divulgar as suas informações contábeis com base nas normas internacionais (IFRS) e que a adoção de tal modelo contábil provocou, teoricamente, alterações na estrutura patrimonial e financeira destas empresas. Uma vez que foram adotados novos critérios de reconhecimento e avaliação de ativos e passivos, que anteriormente não eram reconhecidos (*off-balance-sheet*), pode ter ocorrido significativa alteração nas contas patrimoniais: ativos, passivos e patrimônio líquido.

Isso se deve ao fato de que os elementos patrimoniais passaram a ser reconhecidos por seu potencial de geração de benefício econômico futuro e, não apenas pelo custo histórico ou posse jurídica, ou seja, as práticas contábeis brasileiras, passaram a ser aplicadas com base no princípio da prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica (CARVALHO *et al.*, 2011). Estes fatos permitem inferir que com as alterações ocorridas nas demonstrações financeiras, podem ter ocorrido também alterações nos índices econômico-financeiros calculados a partir dos dados fornecidos pelas demonstrações financeiras divulgadas de acordo com o padrão internacional.

Ponte, Freitas e oliveira (2013) apontam como resultado de pesquisa que a adoção do padrão contábil IFRS, no Brasil, gerou mudanças nas formas de evidenciar, mensurar, reconhecer e divulgar fatos contábeis, acarretando, por conseguinte, impactos na

representação da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas. Nesse contexto, este estudo pretende responder resolver o seguinte problema: a adoção das normas contábeis internacionais interfere no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA?

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas brasileiras. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: obter os dados divulgados nas demonstrações financeiras das companhias investigadas, dos períodos de 2003 a 2012; calcular os índices econômico-financeiros por companhia e por período; analisar os casos em que houve ou não modificação significativa nos índices após a adoção das IFRS por meio da Análise de Chow com a adição de uma *dummy* para representar seção temporal.

A pesquisa é do tipo empírico-analítico, analisando os indicadores econômico-financeiros a partir de uma amostra das empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), entre os exercícios de 2003 e de 2012. Este período entre 2003 e 2012 foi selecionado para retratarmos dados das empresas 05 (cinco) anos antes e 05 (cinco) anos depois da possibilidade de adoção das normas internacionais, levando em consideração que a adoção das normas era obrigatória apenas para o exercício financeiro referente a 2010 e seguintes. A metodologia consistiu em aplicar o modelo econométrico de Análise de Chow, para analisar as interferências das novas práticas contábeis nos indicadores econômico-financeiros durante o período.

A principal contribuição deste estudo é apontar evidências que podem sinalizar ao mercado financeiro, em função de que a amostra analisada é composta por empresas de capital aberto, as implicações da adoção das novas normas contábeis sobre a estrutura patrimonial das empresas.

Além desta introdução, o trabalho possui mais quatro seções. A próxima seção contém a fundamentação teórica que será utilizada para analisar os dados. A terceira evidencia os procedimentos metodológicos. A quarta apresenta a análise e discussão dos resultados e, na última seção são apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise De Desempenho Através De Indicadores Econômicos-Financeiros

A análise das demonstrações financeiras consiste na interpretação dos dados contábeis escriturados por uma entidade. Para Ribeiro (1997) a finalidade da análise das demonstrações financeiras é transformar os dados extraídos destas demonstrações em informações úteis para tomada de decisão dos interessados; essa análise também permite comparar empresas de mesmo setor de atuação.

Assaf Neto e Lima (2009) afirmam que a análise das demonstrações Financeiras "... visa fundamentalmente ao estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para previsão de tendências futuras". Matarazzo (2003) afirma que "a análise de balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões". No entanto, para Iudícibus (1998), a análise de balanços possui limitações devido à falta de critério ou metodologia formal que atenda a todas as empresas. Em relação aos usuários da análise de balanços, Ribeiro (1997) cita os seguintes interessados:

- Bancos- interessados na capacidade de pagamento de empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores – interessados em conhecer a liquidez de seus clientes bem como a capacidade de honrar contratos;
- Administradores – Verificar o desempenho da empresa sob sua gestão;
- Investidores – conhecer a rentabilidade para efetuar compra e venda de ações;
- Governo – interesse em concorrência pública, contratos e licitações, análise de desempenho do setor, etc.;

Assim sendo, cada usuário irá utilizar a análise das demonstrações da forma que atenda melhor a sua necessidade de informação para tomada de decisão, qual seja de conceder um empréstimo, realizar um contrato de fornecimento de mercadorias ou comprar as ações de determinada empresa. Dentro destas perspectivas, Assaf Neto (2002) apresenta três grandes áreas para análise dos indicadores de desempenho: análise da liquidez, análise de endividamento e análise de rentabilidade e lucratividade.

Indicadores de Liquidez

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009), “os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa...”, ou seja, sua capacidade de cumprir com as obrigações assumidas. Dentre os indicadores de liquidez, destaca-se a liquidez corrente. Esse indicador possibilita analisar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo.

Liquidez corrente (LC)

Identifica a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante. Logo, se este indicador for maior que 1 (um), significa que a empresa possui capital circulante para pagar suas dívidas de curto prazo, e se for menor que 1 (um), evidencia a existência de um capital circulante negativo, ou inferior as suas obrigações de curto prazo. (ASSAF NETO e LIMA, 2009).

Este indicador apresenta-se na seguinte equação:

$LC = AC / PC$, onde:

AC – Ativo Circulante; e

PC - Passivo Circulante.

Indicadores de Rentabilidade

Segundo Assaf Neto e Lima (2009), esses indicadores, “têm por objetivo avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros, que melhor revelem suas dimensões”. A análise é realizada basicamente na relação entre o Lucro Líquido e outras variáveis, como por exemplo, o ativo total e o patrimônio líquido.

Rentabilidade do patrimônio líquido

De acordo com Assaf Neto e Lima (2009), “este índice mensura o retorno dos recursos aplicados por seus proprietários...”. Desta forma, segundo Assaf Neto e Lima (2009), a rentabilidade do patrimônio líquido pode ser obtida por meio da seguinte fórmula:

$RentPL = LL / PL$, onde:

RentPL – Rentabilidade do patrimônio líquido;
 LL - Lucro Líquido do exercício; e
 PL - Patrimônio Líquido.

Indicadores de endividamento

Na análise do endividamento, segundo Assaf Neto e Lima (2009), busca-se avaliar a “[...] composição das fonte passivas de uma empresa” bem como o nível de comprometimento financeiro diante de seus credores e fornecedores em geral.

Dentre os indicadores apresentados por Assaf Neto e Lima (2009) destaca-se o a relação de capital de terceiros.

Endividamento

Este indicador revela o grau de endividamento da empresa em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios (ASSAF NETO e LIMA, 2009).

Pode ser expresso pela seguinte equação:

END = PT / PL, onde:
 END – endividamento;
 PT - Passivo Total; e
 PL -Patrimônio Líquido.

2.2 Mudanças nas Práticas Contábeis Brasileiras

As Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, alteraram a Lei nº 6404/1976, apresentaram modificações nas práticas contábeis, alterando a composição dos elementos das demonstrações Financeiras, os conceitos e critérios de reconhecimento e mensuração e também as divulgações em notas explicativas, com a finalidade de alinhar a legislação societária brasileira aos padrões internacionais (CARVALHO et al., 2011). Ainda segundo esses mesmos autores:

“A Lei nº 11.638/2007 possibilitou a eliminação de barreiras regulatórias, que impediam a inserção das empresas brasileiras no processo de convergência contábil internacional e contribuiu para a melhoria da transparência das demonstrações contábeis em geral, inclusive das sociedades de grande porte, além de facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados externos e atrair capitais estrangeiros para o país”.

Outra modificação causada pela 11.638/2007 foi a separação entre a escrituração contábil para fins contábeis e para controle do fisco (FERNANDES, 2009). O conceito de essência sobre a forma, já presente nas normas brasileiras, com o advento da convergência as normas internacionais, ganhou evidência e força na academia e entre os profissionais e órgãos reguladores da contabilidade no Brasil. A partir de então, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado com a finalidade de emitir pronunciamentos técnicos de contabilidade, passou a emitir pronunciamentos com mudanças nas práticas contábeis nacionais de forma a alinhar às práticas internacionais. Dentre as mudanças destacam-se algumas, conforme Carvalho *et al.*, (2011):

- A forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil;
- O conceito e a forma de aplicação do valor presente;

- O reconhecimento e contabilização dos custos de transação;
- A extinção da reavaliação de ativos de forma espontânea;
- A criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, na qual devem ser registradas as contrapartidas dos ativos e passivos avaliados a valor justo enquanto não forem realizados;
- Alterações no critério para aplicação da equivalência patrimonial.

Como exemplo deste conjunto de mudanças esperadas pela adoção do padrão IFRS, a pesquisa de Perramon e Amat (2006) analisa os primeiros resultados da implantação das IFRS nos demonstrativos contábeis das empresas listadas na Bolsa de Madrid. Os autores concluem que a adoção do padrão IFRS afetou o lucro, em função da aplicação dos conceitos de valor justo nos instrumentos financeiros e às novas regras de contabilização do *goodwill*.

Outro exemplo está no processo de mensuração e reconhecimento da depreciação, que com o conceito de vida útil, dentre outros conceitos apresentados no CPC-27 Ativo Imobilizado, passa a exigir do profissional da contabilidade uma maior análise a respeito do tempo e das taxas a serem utilizadas no cálculo da depreciação - e não mais a simples utilização das taxas impostas pelo regulamento do imposto de renda e posteriores instruções normativas da Receita Federal do Brasil, bem como a imputação, analisada e fundamentada, de um valor residual. Todo esse novo aparato conceitual e metodológico inserido pelo padrão IFRS na contabilidade do Brasil deverá acarretar alterações no padrão e/ou comportamento de rubricas contábeis como: disponível (entende-se como Instrumentos Financeiros), estoques, ativo imobilizado, ativo intangível, despesas de depreciação, dentre outras. Em consequência destas alterações espera-se que o comportamento de uma série de indicadores contábeis, econômicos e financeiros também seja alterado.

2.3 Estudos Anteriores

Nos últimos anos vários pesquisadores têm buscado descrever os conhecimentos adquiridos e dificuldades encontradas por países que convergiram suas normas contábeis para as IFRS, destacando principalmente os seus impactos nas demonstrações financeiras e as diferentes reações dos investidores a tais mudanças. Dentre esses estudos destacamos os seguintes:

- a. Borsato, Pimenta e Ribeiro (2009) compararam dados evidenciados conforme padrões US GAAP, BR GAAP e IFRS apoiando-se em uma análise de indicadores econômico-financeiros calculados a partir das demonstrações financeiras preparadas com base nessas diferentes normas. O resultado da pesquisa apresenta que o padrão contábil adotado diferencia a informação divulgada pelas empresas;
- b. Carvalho *et al.* (2011) investigam se a adoção de práticas contábeis alteradas a partir da edição da Lei no 1.638/2007 impactou os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras utilizando testes estatísticos paramétricos e não paramétricos de diferenças entre médias. O estudo sinaliza uma relação entre mudanças ocorridas no indicadores e a adoção das IFRS; e
- c. Daske *et al.* (2007) analisaram, dentre outras coisas, o impacto no custo de capital da adoção voluntária das IFRS em 26 países concluindo que a adoção séria e comprometida das IFRS aumentaram a liquidez e reduziram o custo de capital das empresas analisadas.

- d. Oliveira e Lemes (2011) avaliam em que nível as informações contábeis divulgadas nos mercados brasileiro e norte-americano atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS – International Financial Reporting Standards. O estudo relata maior convergência das informações contábeis norte-americanas ao IFRS do que as informações contábeis brasileiras, mesmo apontando uma tendência de transformação nas Demonstrações Financeiras brasileiras;
- e. Cunha et al (2013) verifica se houve reflexos estatisticamente significativos nos indicadores contábeis após a Lei n. 11.638 (2007). Através da relação canônica entre as variáveis estudadas o estudo conclui não haver reflexo estatisticamente significativo entre os indicadores e adoção das normas internacionais brasileiras.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo descrever as características de uma dada população em relação a um determinado fenômeno, por intermédio de técnicas já padronizadas de coleta e classificação de dados. Assim esta pesquisa é considerada descritiva (ANDRADE, 2002).

Assim, neste estudo foram testadas as seguintes hipóteses, analisadas com base no método econométrico adotado:

- H_0 : A adoção das normas internacionais não altera a média dos valores dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA.
- H_1 : A adoção das normas internacionais altera a média dos valores dos índices econômico-financeiros das empresas listadas na BM&FBOVESPA.

A hipótese nula foi delineada tomando-se como referência as pesquisas de: Lemes e Silva (2007), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Lemes e Carvalho (2009) e Martins e Paulo (2010), as quais encontraram que a adoção de novos padrões contábeis tende a refletir em alterações nos indicadores de desempenho das companhias. Ao negar a hipótese nula, a inferência possível é de que a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, que em princípio alteram a composição de certos elementos patrimoniais, não é um evento significativo para explicar a alteração dos índices econômico-financeiros no período estudado; devendo ser explicada por outras variáveis econômicas, financeiras e/ou mercadológicas.

Especificando ainda que esta investigação busca conhecer, compreender e classificar processos e fenômenos sociais dinâmicos por meio de ferramentas estatísticas, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, esta pesquisa é classificada como de natureza quantitativa (BEUREN *et al.*, 2006). Sendo empregadas as técnicas de coleta de dados do tipo documental e bibliográfica. Documental, pois utiliza os dados constantes nas Demonstrações Financeiras das empresas brasileiras, durante o período de análise.

A população alvo desta pesquisa foi constituída pelas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA, totalizando 535 empresas em 2012. Para a composição da amostra, foram excluídas além das empresas que não possuíam dados suficientes ou não haviam negociado suas ações no período, as que possuíam passivos a descoberto e as inativas, também as instituições financeiras, os fundos e as seguradoras. Por dois motivos básicos: (a) já haviam adotado o padrão IFRS desde o ano de 2005, ao contrário das outras companhias que adotaram somente a partir de 2008, o que poderia, por tanto, provocar distorções na análise e; (b) as práticas contábeis são muito diferentes dos demais setores econômicos, pois a

normatização é bastante específica (Banco Central do Brasil). Ao final foram selecionadas 155 empresas, totalizando um conjunto final de 11.120 observações analisadas nos trimestres dos períodos compreendidos entre os anos de 2003 a 2012. Foram coletados no banco de dados do Economática® todas as informações necessárias para os cálculos dos indicadores econômico financeiros a serem analisados, como foi apresentado no subtítulo 2.1. Os dados foram obtidos no banco de dados da Economática® e o tratamento estatístico foi feito com a utilização do *software* STATA®.

O modelo econométrico (estatístico) utilizado foi a Análise de Chow para verificar se houve a quebra estrutural nos índices econômico-financeiros entre os períodos, 2003 a 2007 e 2008 a 2012, teoricamente justificada pela mudança do padrão contábil adotado. Com a utilização do *software* STATA® foi efetuada a regressão linear, apresentada abaixo, com a adição da variável *dummy* representando a interação dessa quebra com as variáveis dependentes, conforme pressuposto da Análise de Chow. A variável *dummy* assumiu valor igual a 1 para os dados referentes a períodos a partir de 2008, em que as empresas passaram a adotar as normas internacionais e zero para os dados referentes a períodos anteriores a 2008. Conforme equação 1.

$$y_t = \mu + \beta_1 D_t + \beta_2 y_{t-1} + \beta_3 D_t * y_{t-1} + \beta_4 D_{t-2} + \beta_5 y_{t-2} + \beta_6 D_t * y_{t-2} + \dots + \beta_i y_{t-i} + \beta_{i+1} D_{t-i} + \beta_{i+2} D_{t-i} * y_{t-i} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

y_t : Índice econômico-financeiro no período t.

μ : Termo de intercepto da regressão.

$\beta_1 D_t$: *Dummy* no período t, sendo 1 a partir de 2008 e zero para os demais casos.

$\beta_2 y_{t-1}$: Coeficiente do índice econômico financeiro no período t-1.

$\beta_3 D_t * y_{t-1}$: Coeficiente de interação no período t.

ε_t : Termo de erro da regressão.

Neste caso, o coeficiente de análise principal é o da variável *dummy*, pois representa a ocorrência da adoção das normas contábeis internacionais pelas companhias. Desta forma apresentando-se significativo leva a conclusão de que tal evento interfere nos indicadores econômico-financeiros, caso seja não significativo conclui-se o contrário. Contudo, é verificado também o coeficiente de interação da variável *dummy* com o indicador de desempenho no período t.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva da amostra. Pode ser observado que a amostra possui números com baixa dispersão, como pode ser observado nas médias e desvios padrão dos índices de Endividamento e Rentabilidade do Patrimônio Líquido, apresentando valores de média e mediana ainda bastante próximos. A exceção cabe à Liquidez Corrente, que embora apresente média e mediana próxima, possui uma alta dispersão. Isto ocorre pela volatilidade natural do caixa.

Tabela 1 – Estatística descritiva da amostra.

	Endividamento	Rentabilidade do PL	Liquidez Corrente
Média	0,5181	0,0779	1,8293
Mediana	0,5384	0,0592	1,6000
Desvio padrão	0,1920	0,1021	1,2690
Variância da amostra	0,0369	0,0104	1,6103
Mínimo	0,0019	-1,0857	0,0000
Máximo	0,9727	0,8667	26,9000
Observações	3680	3680	3680

Obs.: Estatística descritiva da amostra final, excluídas as instituições financeiras e seguradoras, empresas que não continham dados suficientes e 36 *outliers*.

É possível verificar ainda que o indicador de Liquidez Corrente possui a maior amplitude nos valores observados em comparação com os outros indicadores, como pode ser verificado pelos valores de mínimo em zero e máximo em 26,90, ocasionado em parte pela presença de diferentes setores na amostra, pois a estratégia financeira de uma empresa pode variar conforme o setor de atividade econômica em que ela está inserida. Deste modo na aplicação do modelo estatístico foram utilizadas no total 11.120 observações, conforme resultados demonstrados a seguir.

Na aplicação do modelo econométrico foram realizados os testes de Dickey-Fuller e Phillips-Perron para verificação de raiz unitária e se os dados são estacionários para todos os indicadores, tanto na análise geral quanto na análise por setor econômico classificado segundo os critérios do banco de dados Económica®. Assim todas as regressões foram feitas com a primeira diferença (lag 1), pois os indicadores foram todos estacionários.

A Tabela 2 apresenta o resultado geral da regressão, pelo modelo estatístico adotado. Pela análise, é possível verificar que em relação ao índice de Liquidez Corrente a regressão como um todo é significativa a 5%, tem poder explicativo de 22,29% e o coeficiente negativo. Neste caso, o indicador se comportou negativamente com a adoção do padrão contábil internacional, que pode ser explicado em parte pelas novas práticas de arrendamento mercantil financeiro (CARVALHO *et al.*, 2011). Contudo, o p-valor revela que a *dummy* não foi significativa nem mesmo a 10%, concluindo que a transição para padrão IFRS não impactou no indicador. Contudo, destaca-se que o coeficiente da interação da *dummy* com o indicador apresentou comportamento positivo.

Tabela 2 – Resultado geral da regressão com adição da variável *dummy*.

Indicador	Coeficiente	Interação	P-Valor	P-Valor Interação	R2 Ajustado
Liquidez Corrente	-0.0365496	.8059419	0.525	0.105	0.2229
Rentabilidade PL	-0.0814529	.9906743	0.002*	0.001*	0.3463
Endividamento	-0.5190327	1.028714	0.000*	0.000*	0.6109

Obs.: O coeficiente e o p-valor é referente à *dummy* adicionada ao modelo e a interação desta como variável independente. *, **, ***, é significativa a 1%, 5% e 10% respectivamente.

A análise do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido permite conclusões semelhantes, com a regressão como um todo sendo significativa a 1%, poder explicativo de 34,63% e coeficiente negativo. Porém, o comportamento do coeficiente foi negativo e o esperado seria o contrário, visto que práticas como a extinção do Ativo Diferido e o reconhecimento de subvenções e assistências governamentais provocariam um comportamento positivo na análise do indicador. Contudo a análise da interação revela esse comportamento esperado, pois apresenta coeficiente positivo. O p-valor da *dummy* observada foi significativa a 1%, assim como o p-valor da interação, concluindo que houve impacto na transição para o padrão contábil internacional.

Já o índice de Endividamento apresentou um comportamento positivo na interação, o que pode ser explicado parcialmente pelas novas práticas de arrendamento mercantil. Destaca-se, contudo, que o valor encontrado no coeficiente da *dummy* foi negativo. A regressão foi significativa a 1%, com poder explicativo de 56,77%, assim, conclui-se que também o endividamento foi impactado pelos padrões contábeis internacionais adotados no Brasil, levando-se em consideração tanto a variável *dummy* isoladamente como a interação com o indicador. Pela análise geral, portanto, pode-se concluir que os indicadores econômico-financeiros sofreram modificação de comportamento com a adoção do padrão IFRS pelas empresas brasileiras de capital aberto. Resultado que discorda em parte da pesquisa de Braga *et al.* (2011), concordando somente para o indicador de Liquidez.

A Tabela 3 demonstra os resultados setoriais alcançados pela aplicação do modelo. A princípio os resultados setoriais convergem para os resultados da análise geral, com algumas exceções mais específicas de alguns setores destacadas nos próximos parágrafos.

Tabela 3 – Resultado setorial da regressão com adição da variável *dummy*.

Setor	Indicador	P-Valor/ Interação	Setor	Indicador	P-Valor/ Interação
Agro e Pesca	Liquidez Corrente	0.634/ 0.334	Papel e Celulose	Liquidez Corrente	0.071*/ 0.095***
	Rentabilidade PL	0.055***/ 0.000*		Rentabilidade PL	0.000*/ 0.000*
	Endividamento	0.252/ 0.134		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Alimentos e Bebidas	Liquidez Corrente	0.008*/ 0.098***	Petróleo e Gás	Liquidez Corrente	0.002*/ 0.001*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.012**		Rentabilidade PL	0.003*/ 0.000*
	Endividamento	0.151/ 0.000*		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Comércio	Liquidez Corrente	0.809/ 0.014**	Química	Liquidez Corrente	0.071***/ 0.088***
	Rentabilidade PL	0.031**/ 0.002*		Rentabilidade PL	0.001*/ 0.000*
	Endividamento	0.739/ 0.003*		Endividamento	0.004*/ 0.003*
Construção	Liquidez Corrente	0.451/ 0.006*	Siderurg. e Metalurg.	Liquidez Corrente	0.045**/ 0.035**

	Rentabilidade PL	0.212/ 0.016**		Rentabilidade PL	0.000*/ 0.001*
	Endividamento	0.868/ 0.902		Endividamento	0.013**/ 0.013**
Eletr. e Eletr.	Liquidez Corrente	0.328/ 0.402		Liquidez Corrente	0.000*/ 0.000*
	Rentabilidade PL	0.005*/ 0.000*	Telecom.	Rentabilidade PL	0.000*/ 0.000*
	Endividamento	0.169/ 0.153		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Energia Elétrica	Liquidez Corrente	0.027**/ 0.022**		Liquidez Corrente	0.005*/ 0.007*
	Rentabilidade PL	0.003*/ 0.000*	Têxtil	Rentabilidade PL	0.002*/ 0.001*
	Endividamento	0.003*/ 0.004*		Endividamento	0.003*/ 0.002*
Máquinas Industriais	Liquidez Corrente	0.190/ 0.273		Liquidez Corrente	0.006*/ 0.006*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.004*	Transport. e Serviços	Rentabilidade PL	0.002*/ 0.001*
	Endividamento	0.168/ 0.146		Endividamento	0.018**/ 0.012**
Minação	Liquidez Corrente	0.024**/ 0.026**		Liquidez Corrente	0.000*/ 0.000*
	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.002*	Veículos e Peças	Rentabilidade PL	0.001*/ 0.001*
	Endividamento	0.013**/ 0.004*		Endividamento	0.000*/ 0.000*
Outros	Liquidez Corrente	0.016**/ 0.020**			
	Rentabilidade PL	0.002*/ 0.002*			
	Endividamento	0.003*/ 0.001*			

Obs.: O coeficiente e o p-valor é referente à *dummy* adicionada ao modelo e a interação desta com a variável dependente. *, **, ***, é significativa a 1%, 5% e 10% respectivamente.

Bem, os resultados mantiveram o comportamento da análise geral, isto é, a adoção dos padrões IFRS no Brasil interferiu no comportamento dos indicadores econômico financeiros. O coeficiente da variável *dummy* adicionada ao modelo estatístico, assim como o coeficiente de interação, apresentou significância a pelo menos 10% para quase todos os indicadores nos setores, pois há indicadores que apresentaram ora coeficientes significativos, ora não significativos formando uma minoria dentro do conjunto de todos os setores.

Os resultados da pesquisa sinalizam a possibilidade de que a Liquidez Corrente foi significativamente alterada pela mudança dos padrões contábeis na maioria dos setores, contudo, destacam-se algumas exceções: Agro e Pesca; Eletrônicos e; Máquinas Industriais. Alguns setores apresentaram ainda um coeficiente significativo a pelo menos 10% apenas para a interação: Comércio e; Construção. Os resultados vão de encontro ao resultado geral que demonstrou que os coeficientes são não significativos.

Quanto ao indicador de Rentabilidade às exceções quanto ao impacto das IFRS ocorram apenas quanto ao coeficiente da *dummy*, nunca na análise da interação. Essa observação foi notada apenas no setor de Construção. No Caso do indicador de Endividamento, destaca-se que ocorreram mais casos de não significância do que o indicador de Rentabilidade, embora sejam em minoria levando-se em conta os demais setores, sendo: Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e; Máquinas Industriais.

Os resultados vão de encontro do estudo de Carvalho *et al.* (2011) para os setores de Construção, Siderurgia e Metalurgia, Têxtil, Elétrico e Outros, contudo vale destacar que o período analisado pelo autor foi muito reduzido em comparação com este e o modelo estatístico diferente.

Uma questão verificada nos resultados da pesquisa são os setores que apresentaram resultados significativos a 1% para todos os indicadores, isto é, todos os indicadores foram impactados pela adoção do padrão IFRS em grande nível de significância. São os casos de: Petróleo e Gás; Têxtil; Telecomunicações e; Veículos e Peças. Outros setores apresentaram apenas um indicador com nível de menor que 99%, são: Energia Elétrica; Outros; Papel e Celulose; Química e; Transportes e Serviços. Sendo o tal indicador a Liquidez Corrente, com exceção de Transportes e Serviços que foi o indicador de Endividamento.

Finalizando, pode ser verificado que nos setores de Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais apenas a Rentabilidade do Patrimônio Líquido foi impactada, e em ambos os casos os resultados foram significativos a 1%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho foi conduzido com o objetivo de verificar se houve interferência da adoção das normas internacionais no comportamento dos índices econômico-financeiros das empresas brasileiras. Desse modo, foi coletada uma amostra das demonstrações financeiras das companhias abertas, ativas e listadas na Bovespa disponibilizadas no Banco de dados do Economática®, no período de 2003 a 2007 e 2008 a 2012. Ao final, coletando-se os dados trimestrais, totalizou-se 11.120 observações.

Com a aplicação do modelo estatístico proposto, infere-se que de forma geral a adoção do padrão contábil IFRS pelas companhias brasileiras, interferiu no comportamento dos indicadores econômico-financeiros, sendo que o coeficiente da *dummy* adicionada ao modelo foi na maior parte dos casos significativa a pelo menos 10%. A exceção foi o indicador de Liquidez Corrente.

Contudo, ao efetuar a análise separando as empresas pelos setores de atuação econômica, conforme são apresentados no Economática® e no site da Bovespa, foi observado que em alguns destes setores a adoção do padrão IFRS não impactou no comportamento de pelo menos um indicador, sendo: Agro e Pesca; Alimentos e Bebidas; Comércio; Construção; Eletroeletrônicos e Máquinas Industriais.

Com isso é possível negar a hipótese nula da pesquisa de que a adoção das normas internacionais não alteraram o comportamento dos níveis dos índices econômico-financeiros das empresas negociadas na Bovespa com exceção feita apenas para o indicador de Liquidez Corrente. Concordando com as pesquisas de Lemes e Silva (2007), Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009), Lemes e Carvalho (2009) e Martins e Paulo (2010) que afirmam que a adoção de novos padrões contábeis tende a refletir em alterações nos indicadores de

desempenho das companhias. Sugerindo que a adoção dos padrões IFRS é fator significativo de mudança no comportamento dos indicadores de desempenho das empresas brasileiras.

Algumas limitações do estudo foram: o período de tempo analisado em função dos dados disponíveis; algumas empresas da amostra só adotaram as normas internacionais a partir do ano financeiro de 2010; a estratégia financeira de uma empresa poder ser alterada por fatores econômicos como crises financeiras diversas, relações comerciais internacionais, novos entrantes no mercado, regulações de barreira e até mesmo por imposição do fisco, como por exemplo, o RTT – Regime Tributário de transição, instituído em função das alterações contábeis que as normas internacionais trariam as empresas.

Pesquisas futuras poderão identificar quais outras variáveis são capazes de influenciar o comportamento dos indicadores de desempenhos das companhias e analisar a influência de tais fatores em empresas de outros países que adotaram recentemente o padrão contábil internacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação: Noções Práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: Um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez., 2009.

BEUREN, I. M.; *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORSATO, J. M. L. S.; PIMENTA, D. P.; RIBEIRO, K. C. S. Um Estudo Comparativo do Desempenho Econômico-Financeiro em BR GAAP, USGAAP e IFRS na Gerdau S. A. **Revista Economia & Gestão**, v. 19, n. 19, jan./abr. 2009.

BRAGA, J. P.; *et al.* Análise do Impacto das mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: Um Estudo Comparativo dos Indicadores Econômico-Financeiros de Companhias Brasileiras Para o Ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. UFSC, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 105-108, jan/jun, 2011.

CARVALHO, F. A.; *et al.* Impactos de Alterações nas Práticas Contábeis nos Indicadores Financeiros das Empresas Brasileiras. **11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. Anais... São Paulo, 28 e 29 jul. 2011.

CUNHA, P. R. *et al.* Reflexo Da Lei 11.638/07 nos Indicadores Contábeis Das Empresas Têxteis Listadas na Bovespa. **XIII SemeAD**. Anais... FURB, Blumenau, set., 2010.

DASKE, H. *et al.* Adopting A Label: Heterogeneity In The Economic Consequences Of IFRS Adoptions. **Working Paper, University of Pennsylvania and University of Chicago**, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=979650>>. Acesso em: 2fev. 2012.

FERNANDES, E. C. **Impacto da Lei N°11.638/2007 Sobre os Tributos e a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

- GERON, C. M. S. **Evolução das Práticas Contábeis no Brasil nos Últimos 30 Anos: Da Lei 6.404/76 À Lei 11.638/07**. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2006.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços: Análise de Liquidez e do Endividamento Análise do Giro, Rentabilidade a Alavancagem Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade Entre o Resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: Evidências das Companhias Brasileiras Listadas nas Bolsas Norte-Americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, mai./ago. 2009.
- LEMES, S.; SILVA, M. G. E. A Experiência de Empresas Brasileiras na Adoção das IFRS. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 3, p. 37-58, jul./set. 2007.
- MARTINS, O. S.; PAULO, E. Reflexo da Adoção das IFRS na Análise de Desempenho das Companhias de Capital Aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p.30-54, 2010.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PERRAMON, J.; AMAT, O. **IFRS Introduction and its Effect on Listed Companies In Spain**, 2006. Disponível em: <<http://www.econ.upf.edu/docs/papers/downloads/975.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2014.
- PONTE, V. M. R.; DE FREITAS, J. B.; OLIVEIRA, M. C. Impactos da Adoção das IFRS nas Demonstrações Consolidadas dos Bancos Listados na BM&FBovespa. **XXXVII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2013.
- RIBEIRO, O. M. **Estrutura e Análise de Balanços**. 5º ed, São Paulo: Editora Saraiva, 1997.